

Con Brani

A recessão anunciada

ESTADO DE SÃO PAULO

Parece existir consenso nos meios empresariais sobre o advento de forte recessão a partir de janeiro. A própria Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) prevê acentuada queda do nível de emprego já em dezembro. É sempre arriscado fazer previsões sobre a evolução da conjuntura econômica num país como o Brasil em que ocorrem tantas variações de política econômica e em que fatores exógenos — como por exemplo a alta do preço do petróleo que não estava prevista pelos economistas — podem mudar a situação.

Deve-se destacar, contudo, alguns problemas que podem prejudicar o andamento dos negócios.

Um elemento essencial, hoje, é a alta das taxas de juro. É preciso entender bem como uma taxa de juro alta afeta a economia. Quando a taxa de juro chega a ser de 10% ao mês em termos reais — e pensamos no crédito ao consumidor —, há uma redução do poder aquisitivo do comprador, que talvez não se sinta imediatamente. Caso os reajustes salariais não acompanhem o aumento real dos preços, porém, ele será obrigado a diminuir o

consumo. Numa economia como a brasileira em que as vendas pelo crediário têm grande importância, o efeito sobre o consumo — e a produção, depois — pode ser considerável.

Cumpre esclarecer que, se as autoridades monetárias haviam colocado grandes dificuldades para a expansão do crédito ao consumidor nas financeiras, o comércio varejista tinha, porém, a capacidade para essas operações com recursos próprios ou emprestados. Acontece que o comércio só pode obter empréstimos a uma taxa elevadíssima, que terá de transferir a seus clientes. Por outro lado, admitindo que aplique recursos próprios (conseqüência dos lucros obtidos no mercado financeiro, com riscos menores do que se os aplicasse diretamente no financiamento dos seus clientes), o comércio terá de exigir pelo menos remuneração igual à do mercado financeiro. Ora, diante da alta das taxas de juro, as empresas varejistas vão utilizar todos os recursos próprios no pagamento de suas encomendas e evitar ao máximo recorrer ao crédito dos fornecedores, cujo preço é elevadíssimo e que não se sabe se poderá ser repassado ao compra-

dor final. Tal risco é suficiente para reduzir a demanda do comércio varejista, que procurará transferir para as empresas produtoras o ônus do financiamento de estoque.

Numa perspectiva de recessão — que pode ser apenas uma expectativa — ninguém vai tentar constituir estoques especulativos na suposição de que eles terão uma valorização maior que o custo do seu financiamento. Tudo isso explica como a taxa de juro elevada pode contribuir para reduzir violentamente a demanda de bens no setor produtivo. Até agora tal efeito recessional foi amenizado em consequência de reajustes salariais num clima de indexação informal. Acontece que os lucros das empresas, tanto no setor comercial quanto no industrial, estão diminuindo rapidamente, o que logo se traduzirá por maiores dificuldades para as empresas de praticar a política salarial que o governo procura impedir. É certamente essa consciência das dificuldades a vir que leva os empresários a prever uma recessão mais profunda nos próximos meses.

Temos de levar em conta outro fator certamente ainda não

considerado pelas empresas: as dificuldades para manter o nível atual das importações. Sem dúvida, as importações estão hoje contribuindo para manter alguns preços em nível aceitável. Acontece que as dificuldades que o governo está encontrando para resolver o problema da dívida externa poderão mais cedo que se imagina desencadear uma crise cambial. Ela poderá forçar o governo a rever sua política de abertura da economia sob pena de um esgotamento de nossas reservas em divisas. A atual alta da taxa cambial tem efeito inflacionário, isto é, conduz à redução do poder aquisitivo da população.

Para enfrentar os sinais da recessão, o governo poderá empregar dois instrumentos. Um, muito perigoso: aceitar uma política salarial mais generosa, que logo desembocaria na hiperinflação. Outro, atuar para obter uma redução das taxas de juro, o que implica a diminuição da pressão do financiamento do volume da dívida interna. É preciso encontrar equilíbrio, sem renunciar a uma taxa de juro real.

A situação vai exigir de nossas autoridades monetárias uma política muito bem aplicada.